

Senadores em pé-de-guerra

Governistas rejeitam artigos que acabam com a guerra fiscal

A base governista no Senado rebeceu ontem contra quatro artigos do projeto de lei que isenta do ICMS as exportações de produtos primários, semi-elaborados e as compras de máquinas e equipamentos. Os artigos tentam acabar com a guerra fiscal entre os Estados, ao controlar a concessão de benefícios ou incentivos fiscais pelos governadores na busca de investimentos. "Do jeito que está, esse projeto não passa", proclamou o senador Íris Rezende (PMDB-GO), da tribuna no Senado.

"O senhor tem o apoio de toda a Casa", gritou da cadeira onde estava sentado o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Rezende tinha acabado de convocar os senadores para

que não permitissem "uma violência inominável contra os pequenos Estados da federação" que, na sua opinião, está sendo proposta pelo ministro do Planejamento, Antônio Kandir.

Vantagem - "É preciso que nós lutemos para que nos respeitem, que nos considerem", disse Íris Rezende. "Pelo projeto, os Estados subdesenvolvidos não terão mais o direito de estabelecer políticas próprias, não terão mais o direito de lutar para que as indústrias se instalem em suas regiões, não poderão acenar com uma mínima vantagem aos empresários", argumentou. O senador goiano chegou a afirmar que no projeto o que está patente "é a intenção mesquinha de alguns ministros paulistas, que defendem os interesses de um único

Estado contra os demais", numa referência explícita ao ministro Kandir e ao Estado de São Paulo.

O discurso de Íris Rezende foi apoiado pelos senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Lúdio Coelho (PSDB-MS). Josaphat Marinho disse que a mudança proposta no projeto de lei só poderia ser feita por emenda constitucional. Ramez Tebet afirmou que a proibição de que os governadores concedam incentivos fiscais irá condenar os Estados pobres a serem eternamente consumidores de produtos industriais dos Estados ricos. Lúdio Coelho afirmou que é preciso discutir com cuidado o projeto de lei para que ele "não gere desequilíbrios entre os Estados".